

DA FAZENDA À CIDADE

A TERRITORIALIZAÇÃO DA DÁDIVA NA FORMAÇÃO DE POÇO FUNDO (MG)

ANA CLAUDIA LYRA

RESUMO *O artigo analisa a prática social da doação de terras como uma das bases históricas de formação dos atuais campos de poder econômico e político que estruturam o espaço físico, social e simbólico da cidade de Poço Fundo (MG). Com base em insights presentes no exame antropológico da dádiva realizado por Mauss, investigo a lógica sociossimbólica da doação de terras pelos fazendeiros e a dinâmica de subordinação política que tais doações põem em jogo na cidade, transformando os fazendeiros doadores em chefes locais. Como parte de um estudo histórico mais amplo da formação do espaço sociogeográfico de Poço Fundo, pretendo indicar o processo de “territorialização da dádiva” como um dos desdobramentos da sua “matriz territorial”, isto é, da tradicional fazenda cafeeira, um modelo de organização sociossimbólica do território que prepondera até hoje nas formas pelas quais a cidade é social e culturalmente percebida, apropriada e vivenciada pelos seus habitantes.*

PALAVRAS - CHAVE *Dádiva; espaço geográfico e rural; poder político local; Poço Fundo; territorialização.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender a prática social da doação de terras como uma das bases históricas de formação dos atuais campos de poder econômico e político que estruturam o espaço físico, social e simbólico da cidade de Poço Fundo (sul de Minas Gerais). Por meio desta prática histórica revela-se a gestação de um “pensamento territorial” que condiciona as práticas de percepção, apropriação material e experiência subjetiva do território de Poço Fundo, um pensamento territorial que funciona como um denominador comum o qual instaura e regula as atividades sociais da comunidade. A formação do território da cidade, bem como das representações culturais por meio das quais este território é percebido, vivenciado e apropriado pelos seus habitantes, será analisada à luz da teoria da dádiva de Marcel Mauss (1988), por se tratar de um processo que configura aquilo que chamo de “territorialização da dádiva.”

Os habitantes de Poço Fundo costumam representar a cidade binariamente, a partir de uma divisão (valorativamente carregada) de seu território em parte de cima e parte de baixo, divisão que expressa uma distinção nas condições socioeconômicas de existência de seus moradores. Os habitantes da parte de cima (sentido leste) pertencem, em sua maioria, a uma classe econômica mais abastada e constituída por famílias tradicionais da cidade, chefiadas pelos fazendeiros de café da região. Em oposição, há uma tendência a considerar-se a parte de baixo (sentido oeste) de modo negativo, dado que essa se constitui dos bairros economicamente mais carentes da cidade, em particular pelo bairro Canto, povoado por boa parte da população negra da cidade, situada à margem da organização social ditada pela classe tradicional da parte de cima.

Desta forma, por meio do estudo histórico da ocupação e transformação do espaço social e geográfico da cidade de Poço Fundo, pretendo indicar o processo de “territorialização da dádiva” como um dos desdobramentos da sua “matriz territorial”, isto é, da preponderância histórica da antiga fazenda de café como um modelo de organização social e simbólica do território que, procurarei demonstrar, continua presente até hoje na representação dual que os habitantes têm em relação à cidade, representação que, por sua vez, se expressa performativamente em suas práticas sociais e culturais.

Esta divisão sociossimbólica dual do território possui múltiplas manifestações. Por exemplo, ela está refletida na localização das duas principais igrejas da cidade, a saber, a igreja de São Benedito, localizada na parte de baixo (oeste), e a Igreja de São Francisco de Paula – padroeiro oficial da cidade –, localizada na parte de cima (leste), centro da cidade. A oposição dualista se faz presente também na esfera da política. Os dois principais partidos políticos em luta na cidade, representados pelos símbolos da “piranha” (DEM) e do “jacaré” (PMDB), atuam em uma estrutura de conflito herdada dos primeiros antagonismos entre os dois fundadores da cidade, a saber, o Barão de Alfenas e o Capitão Ferreira de Assis. A divisão está manifesta também: a) nos dois times de futebol da cidade; b) nas duas escolas de samba, conhecidas como Dois Apitos e Acadêmicos do Morro; e c) nos dois ternos de Congo que disputavam a festa de São Benedito, quais sejam, o terno de São Benedito e o terno de Nossa Senhora do Rosário (atualmente, apenas o terno de Congo São Benedito organiza a festa da cidade, o que muito enfraqueceu a representatividade da parte folclórica da festa de São Benedito). Todas essas dimensões da sociedade poço-fundense indicam uma forte organização dual (Lévi-Strauss, 1989), um *modus operandi* relacional-opositivo de territorialização, um estar em sociedade segundo uma representação que dicotomiza a experiência territorial por meio das práticas sociais.

A análise traz como principal âncora a ideia, à primeira vista paradoxal, de que a *fazenda* constitui o princípio organizador da representação cultural da cidade por seus habitantes, de modo que nesta são reproduzidos simbolicamente, até hoje, os traços físicos, sociais e culturais tradicionalmente vividos na grande fazenda de café dos antepassados. Físicos, pois esta reproduz simbolicamente as estruturas arquitetônicas da grande fazenda, os quatro pilares da estrutura socioespacial da fazenda que se refletem na construção da cidade: casa-grande, senzala, terreiro de café e capela. Social, por ter sido a prática social da doação de terras para a fundação da cidade o alicerce fundamental do poder local dos principais fazendeiros (Queiroz, 1976), que estendem a esta a antiga dominação patriarcal estabelecida na relação fazendária entre empregado (escravo) e patrão (senhor). E cultural, pelo fato de que está presente na conduta social cotidiana dos habitantes uma vivência territorial dual da cidade.

Apesar de ser, de um ponto de vista material e “oficial”, representante do espaço urbano em oposição ao espaço rural do município de Poço Fundo, a cidade revela-se na prática como uma atualização sociossimbólica do território da fazenda e não como uma ruptura com ela. Este modo tácito de representação, experiência e apropriação do território citadino a partir do modelo simbólico da fazenda contrapõe-se à maneira como a cidade é apresentada no discurso consciente e explícito dos seus moradores, assim como à própria denominação administrativa oficial de *cidade*, que evoca obviamente a ideia de urbanidade. Assiste-se, portanto, a ações de territorialização dos habitantes que se baseiam simbólica e praticamente na organização socioespacial da fazenda, a qual, como primeira referência de experiência territorial, veio a se tornar matriz da cidade. Formada

pelos bairros, a cidade é palco desta (re)atualização da vivência e experiência de práticas territoriais fundadas sob a matriz da grande fazenda. A meu ver, o principal veículo dessa atualização, pelo menos no que diz respeito ao campo de poder político e econômico da cidade, foi a prática politicamente interessada da doação de terrenos pelos dois grandes fazendeiros da região (Barão de Alfenas e Capitão Ferreira de Assis), ação social decisiva na formação do território urbano de Poço Fundo, mas que, por isso mesmo, colocou esse espaço sob o domínio daqueles fazendeiros e, de modo mais geral, dos tipos de relações sociais característicos da grande fazenda.

INSTRUMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O trabalho se realiza a partir do diálogo teórico, metodológico e empírico entre geografia e antropologia, à luz de algumas categorias respectivas a cada área (tais como as noções centrais de território e alteridade cultural), formando uma perspectiva interdisciplinar (Sautter, 2001). Dentro do meu âmbito de investigação, mobilizo a noção da dívida desenvolvida por Mauss (1988), bem como a ideia de mandonismo local trabalhada por Queiroz (1976), para realizar uma análise sobre a prática social da doação de terras como mecanismo de extensão do poder social e político dos chefes locais.

Entendendo-se território como “a porção do espaço apropriado – material ou simbolicamente – por um ou mais grupos sociais que aí encontram fontes de identidade” (Hoffman, 1995, p.210), a análise da formação do(s) território(s) da cidade de Poço Fundo toma como base a inter-relação entre representações culturais e práticas socioespaciais dos indivíduos e grupos que vivem naquele contexto, os quais se territorializam na e através da construção de suas identidades. Tais representações se referem a espaços que são, ao mesmo tempo, materialmente percebidos e simbolicamente imaginados. Em outros termos, a própria realidade material do espaço é percebida, vivenciada e ativamente apropriada pelos atores por meio dos discursos e representações simbólicas que eles mantêm sobre ela. Bailly (2001, p.374), citando Guérin, descreve o conceito de representação em geografia como referente a “criações sociais ou individuais de esquemas pertinentes do real”; esquemas pertinentes pois que eles nos ajudam a compreender a organização do espaço, a julgá-lo e a praticá-lo; criações sociais e individuais uma vez que fazem referência a nossos valores sociais e a nosso potencial pessoal”. Como Jodelet (2005, p.366-7) sintetiza: “uma representação é uma forma de conhecimento social, uma maneira socialmente construída e individualmente apropriada de interpretar e de pensar nossa realidade quotidiana”.

Uma materialidade é construída a partir dessas representações espaciais, ou das práticas orientadas por essas representações, as quais são simultaneamente instrumentos de conhecimento, de comunicação e de intervenção prática sobre o mundo. Tais facetas dos esquemas espaciais dos habitantes de Poço Fundo serão ingredientes fundamentais nos processos de construção das alteridades territoriais. Como Di Méo (1991, p.359-60) comenta, “toda realidade geográfica resulta de representações mentais individuais, misteriosamente validadas por um certo senso comum, ou social.”

Assim sendo, os esquemas espaciais que constroem o(s) território(s) de Poço Fundo vão de um espaço “vazio” dos chamados patrimônios ao espaço “preenchido” da cidade, tendo na fazenda seu eixo organizador da apropriação socio simbólica do(s) espaço(s). A fazenda é pontuada na pesquisa como matriz territorial da cidade, um espaço representado que reconstrói o espaço de vida atual dos habitantes de Poço Fundo. O território-fazenda

presta-se a modelar diversos contextos socioespaciais e, em particular, a formação de tipos territoriais: cidade e bairros rurais.

Nesse sentido, o presente trabalho teve como principais fontes de pesquisa a observação local e as entrevistas não estruturadas com os moradores da cidade e dos bairros rurais, buscando um universo de informantes inclusivo, abarcando homens e mulheres na faixa dos 20 aos 90 anos. Também foram consultados documentos da prefeitura, dos arquivos da “Casa de Cultura” de Machado (cidade vizinha), o livro do “Tombo” da Igreja Matriz e fotos dos moradores de Poço Fundo.

CARACTERIZAÇÃO

Poço Fundo é uma cidade localizada na parte sudoeste do Estado de Minas Gerais, que dá o nome também a seu município. Fundada em 2 de abril de 1870 como Arraial de São Francisco de Paula de Machadinho, foi elevada a distrito em 1924, com a mudança de nome para Gimirim e, em 1954, para Poço Fundo. Com uma população de 8.414 habitantes (IBGE/ 2010), a cidade ocupa uma área de 2,2 km², sendo composta por dez bairros, dentre os quais quatro se destacam como os mais antigos: Centro, Santa Helena – que formam a parte de cima da cidade –, São José (Canto) e São Benedito (Vargem) – que compõem a parte de baixo.

A renda média familiar é de um salário mínimo, sendo a maioria da população empregada no setor agropecuário (café, leite, fumo-de-corda e hortaliças) e no setor de serviços, uma vez que o setor da indústria apresenta um índice bastante fraco de participação na economia do município: as indústrias existentes são de pequeno porte, todas estão localizadas na cidade, e dentre elas se destacam beneficiadoras de café, laticínios, indústrias de farinha de milho e de fubá, serrarias, carpintarias, fábricas de sofá, olarias, alambiques e beneficiadoras de fumo. Estas vão compor o quadro de benfeitorias da cidade, conforme a referência socioespacial da fazenda de café. Apesar de haver uma concentração relativamente maior de habitantes na cidade, os poço-fundenses se representam predominantemente como homens e mulheres rurais, o que não é um fenômeno raro em outras cidades da região sul mineira, tida como tradicionalmente agrícola. No município de Poço Fundo, prevalecem as micro e pequenas propriedades rurais, em um universo de 2.275 unidades (IBGE, 2010). A agricultura desenvolvida nessas propriedades é diversificada, pautada na pequena produção familiar, que se organiza economicamente no cultivo comercial e de subsistência de hortifrutigranjeiros (arroz, feijão, milho, tomate etc.), na cafeicultura e na pecuária leiteira.

A MATRIZ TERRITORIAL – A FAZENDA DE CAFÉ

Apontada aqui como base da formação sociocultural de um pensamento territorial do município, a *terra* adquire, em Poço Fundo, um *status* de valor moral e elemento formativo da própria identidade poço-fundense. O valor da terra é também, e por isso mesmo, uma moeda de troca fundamental nas relações de autoridade/dominação e na formação da identidade territorial, construindo campos de poder que estruturam as organizações territoriais, como os bairros rurais e a cidade. Possuir a terra significa ter o poder e ser percebido como poderoso chefe local da região [a terra é fonte de “capital

simbólico”, para utilizarmos a expressão consagrada por Pierre Bourdieu (1987)]. Este valor indissociavelmente político, econômico e simbólico conferido à terra outorga, por extensão, um valor de propriedade ao lugar e às próprias pessoas pertencentes a este local. A fazenda surge como um território-embrião de poder social e econômico, território que será estendido e projetado em outros âmbitos de experiência territorial, como o da cidade.

As fazendas se transformam em instâncias primeiras de produção desse poder que se expressa como uma “prática social constituída historicamente”, como bem nos assinala Foucault (1990), mostrando-se capilar, na medida em que interfere no dia a dia de seus habitantes e no controle de suas atividades mais ordinárias, que vão desde a contratação de trabalho de boias-frias durante a época de colheita do café (de junho a agosto) à escolha do novo prefeito da cidade. O controle social exercido pelos chefes locais se expressa em múltiplas esferas da vida social: festas populares e religiosas, jornada de trabalho, moradia, acesso aos produtos de compra nas vendas de comércio das fazendas (controladas pelo fazendeiro, que as estende para o comércio da cidade) etc.

Portanto, a matriz indica a sobrevivência do passado no presente, sob a forma de um conjunto de instrumentos sociossimbólicos de percepção, vivência e apropriação da prática do espaço que tiveram sua origem no que denomino território-fazenda, mas que são reatualizados até hoje na relação prática e experiencial do poço-fundense com seu território. Segundo Di Méo (1991, p.362) : “o espaço representado reconstrói o espaço de vida e o despassa, ultrapassando suas fronteiras para alçar até as esferas do imaginário, da memória e dos conceitos.”

OS QUATRO PILARES DA ARQUITETURA SOCIOGEOGRÁFICA DA CIDADE

As fazendas de café se instalam na região de Poço Fundo na segunda metade do século XIX. Geralmente, elas tinham seu centro gravitacional na casa-grande, símbolo desta época, onde o poder estava fundado sobre o patriarcalismo e a escravidão, principal suporte da economia rural brasileira, em torno da qual estava organizado o sistema econômico e político da grande fazenda. Este complexo, que irá mais tarde ser reproduzido física e simbolicamente na construção da cidade de Poço Fundo, era basicamente constituído pelos seguintes elementos:

a) A *casa-sede*, também chamada de casa de morada ou de vivenda, era a moradia do proprietário, destacando-se como uma construção imponente, refletindo no plano do imaginário o poderio do fazendeiro. Posteriormente, este será o modelo de construção das casas dos fazendeiros na cidade, modelo materializado sobretudo no sobrado do Barão de Alfenas.

Era o maior fazendeiro que tinha por aqui. O Barão tinha o prédio dele na esquina, hoje é banco. Lá no espaço da igreja. Época de política reunia o povão tudo. Ele tinha muito poder! (Ernesto, trabalhador rural, aposentado, morador do Canto, 80 anos, 2007)

Na praça, onde era a casa dele. O sobrado dava toda a visão. Ele podia ter o controle ali! (Beto Gouvea, bisneto do Barão, prefeito de Poço Fundo, 50 anos, 2008)

O olhar vigilante do fazendeiro, outrora localizado nas sacadas da casa-grande e disposto em frente ao terreiro de café, é assim transportado para a sacada do casarão da cidade do chefe político, que, uma vez instalado na praça – o “umbigo” da cidade –, cria um espaço de visibilidade do poder e de seu exercício frente às pessoas que circulam pelo

espaço público da praça, local de cruzamento de suas fronteiras internas. Essa é, por assim dizer, uma espécie de versão sul-mineira do “pan-óptico”, em que, diferentemente do que ocorre no projeto de Bentham discutido por Foucault (2008, p.166-7), aquele que exerce a vigilância também é visto. Longe do alcance do poder do governo oficial do país, os chefes das fazendas tornam-se chefes locais que fundam e constroem vilas, transformando o território supostamente público da cidade em território privado, extensões de suas fazendas nas quais exercem e reivindicam inclusive o poder de polícia, isto é, o monopólio do uso da força na coletividade.

Aqui de primeiro não tinha polícia não. Aqui se houvesse coisa ia pra lá pra fazenda dele e ficava pra lá. Ele que mandava na cidade aqui, o coronel José Dias. Tanto que aqui o que tinha era o bate-pau, que metia o cerco nele e batia o pau. Naquele tempo era assim! Ia pra fazenda do coronel e não ia pra cadeia. Ele que mandava. Não é como hoje, não. (Armírio, morador do Canto, lavrador, aposentado, 96 anos, 1998)

Associada à topografia acidentada de quase todo o território mineiro, a casa-sede das fazendas de Poço Fundo é localizada na parte mais alta do terreno, formada por dois pavimentos, estilo sobrado, característica da casa mineira, herança lusitana desta dupla divisão (Weimer, 2005, p.100). A casa-sede possui um andar de baixo, geralmente reservado para se guardar os mantimentos da fazenda, como uma espécie de depósito de ferramentas. Em outras casas mineiras, o andar de baixo foi usado também como alojamento de camaradas, senzala, ou para guardar o gado. Já a parte de cima é reservada para a moradia da família. Tal característica será reproduzida nas casas dos fazendeiros da cidade, um traço arquitetônico comum até hoje nas residências dos seus moradores mais abastados. É interessante notar que a casa, percebida enquanto território, tem na sua própria arquitetura a divisão entre parte de baixo e parte de cima, que forma a divisão básica do espaço geográfico-social que reflete a estrutura das relações de seus ocupantes. Temos diversas variações deste modelo básico de construção na cidade. Os comerciantes, por exemplo, fazem da parte de baixo seu local de comércio e da parte de cima sua morada. Para os que apenas fazem da casa habitação, a divisão é expressa na destinação da parte de baixo para a recepção de visitantes, na sala de visitas, e da parte de cima para os espaços de atividade mais íntima da casa, como quartos, escritório e a sacada.

b) A *senzala*, local onde se alojavam os escravos. As senzalas consistiam geralmente em uma série de cubículos, caracterizados por casas retangulares (Weimer, 2005, p.147). Tal feito de construção, característico da época da escravidão, será reproduzido nas casas do bairro Canto, que forma a parte de baixo da cidade, considerado por muitos dos seus habitantes como o bairro “negro e pobre”.

c) O *terreiro* de café, local destinado à secagem dos grãos de café, é, geralmente, formado por duas partes – terreiro “de cima” e terreiro “de baixo” – nas fazendas tradicionais de Poço Fundo. Logo abaixo, encontra-se a tulha (armazenamento do café) e, acima destes, o curral, pomar e galinheiro, um rancho de tropas, a casa de ferramentas e a carpintaria, o alambique para o fabrico da cachaça. Tais construções serão, inicialmente, localizadas próximas à praça central da cidade e nos seus caminhos de entrada.

d) Por fim, a *capela*, que se localizava ao lado da casa-sede do fazendeiro, atendendo às necessidades da vida espiritual, completando, assim, o espaço de produção e reprodução da grande fazenda de café e confirmando, desta forma, seu caráter autônomo, sua constituição como uma espécie de microcosmo fechado sobre si mesmo. Na cidade, o

equivalente da tradicional capela será a Igreja Matriz São Francisco de Paula, erguida ao lado do antigo sobrado do Barão de Alfenas.

Portanto, pode-se perceber a relação entre a fazenda e a cidade sendo formada e concebida por uma representação do território que se torna matriz na orientação das ações de territorialização do habitante de Poço Fundo. Este realiza uma associação que, embora tácita, expressa-se simbolicamente pela arquitetura da cidade e na relação estabelecida entre as identidades/diferenças sociais e culturais de seus habitantes. Tal construção (no duplo sentido, social e material/arquitetônico) da diferença destaca-se, principalmente, na relação entre “negros” e “brancos”, assim classificados pelos habitantes, categorias classificatórias herdadas da representação histórica da relação entre escravo e fazendeiro vivida nas antigas fazendas de café, representação que é transposta para o plano da relação entre empregado e patrão, mesmo com o advento do trabalho livre.

É fundamental assinalar que as fazendas tornam-se não apenas locais de produção e sustentação econômica da família, mas, sobretudo, uma moeda de troca nas relações de poder e bases de manutenção de uma representação política, social e econômica, que cria uma elite agrária sul-mineira e um *modus operandi* de territorialização. Os membros dessa elite agrária, cujo “capital” fundamental são as fazendas possuídas, se organizam em redes conforme um processo que confere uma fisionomia social particular aos territórios da região.

“A CIDADE REPARTIA...”

Um dos aspectos importantes que alimenta a percepção dual da cidade é a geometria política, que congrega redes de famílias e parentelas em bases territoriais, desenhando, desde sua fundação, campos de poder comandados pelos chefes políticos fundadores da cidade, a saber: o barão de Alfenas e o Capitão Ferreira de Assis.

O Barão... era da UDN e o Capitão Ferreira era do PSD. Então, desde aquela época, essa oposição é fundada a partir do Barão e do Capitão (...). A cidade, naquela época, era pequena. A parte de cima era só a praça, a Rua Ferreira de Assis, a Capitão Antônio Gonçalves, as travessas e a Avenida, que não tinha muita casa. E a parte de baixo seria só o Canto e a Vargem. A cidade repartia! (José, fazendeiro, morador da parte de cima da cidade, 78 anos, 2008)

A separação que tinha era essa. Da praça pra baixo os Paulinos e os Velani, e da praça pra cima era já o coronel [filho do Barão, ver abaixo] e a turma dele, os agregados dele, os correligionários dele. (Beto Gouvêa, 50 anos, Ibidem)

De fato, o Barão e seu filho, o coronel José Dias, serão os principais mentores, administradores e agentes fundadores e modeladores do território da cidade, por meio da doação de suas terras da fazenda. O Barão acumulará funções públicas, como os cargos de presidente da Câmara, de delegado da cidade de Poço Fundo e, em 1923, de primeiro prefeito. Para se ter uma ideia da continuidade da “linhagem” política instaurada pelo Barão, vale ressaltar que seu bisneto, Beto Gouvêa, foi reeleito na última eleição à prefeitura da cidade (2008). Este, durante suas campanhas políticas, reforçava a herança histórica de seu bisavô como principal fundador e chefe político da cidade. Oriundo de Portugal, o Barão de Alfenas se constituirá em personagem histórico na formação da cidade de Poço Fundo

e lendário na memória de seus habitantes. Enquanto agente político e catalisador de um poder centralizado na figura do fazendeiro, sua trajetória de vida na região de Poço Fundo nos revela a transformação do núcleo rural da fazenda em matriz da formação do território da cidade. A “época do Barão” representa um período de ocupação do município de Poço Fundo, organizado primeiramente em núcleos rurais e, posteriormente, em bairros, tendo como eixo organizador a fazenda, que gera assim as condições socioestruturais para a criação e concepção da cidade.

Como oponente relativamente menos influente e corresponsável pela fundação da cidade, destaca-se o fazendeiro Francisco Ferreira de Assis, chefe político que concorre com o Barão pelo título de “fundador”. Ambos são reconhecidos dessa forma pela fala dos habitantes (tanto da cidade quanto dos bairros rurais), principalmente pelos mais antigos, e também pela história oficial da cidade, segundo os documentos da prefeitura.

Tais chefes políticos adquirem sua força econômica e social nos bairros rurais onde estavam sediadas suas fazendas, o capitão nos bairros rurais de Bocaina, Pinhalzinho e Coutinhos (direção sudoeste do município), e o Barão no bairro rural São Miguel (direção nordeste), bairros que se tornam, portanto, territórios primeiros de gestação de poder local e regional.

“A TERRITORIALIZAÇÃO DA DÁDIVA”

A história da fundação do arraial de Poço Fundo inicia-se com a doação de terras de parte das fazendas do Barão (sentido leste) e do capitão (sentido oeste), que lança as bases da divisão da cidade. Em 2 de abril de 1870 é fundado o arraial. Em 5 de novembro do mesmo ano, por meio da lei 1.676, dá-se a criação do Distrito de Paz de São Francisco de Paula do Machadinho, no município de Alfenas.

Começava lá a cidade, na parte de baixo, lá na Vargem, e depois que veio aqui pra cima... O que tinha era lá na Vargem que começou a cidade, mais pra baixo ali. Aqui onde nós estamos, aqui, era patrimônio tudo. Não tinha nenhuma casa. Esta praça que está aqui, não tinha nenhuma casa aqui não, naquela época. (Dino Romanelli, carpinteiro, morador da parte de cima da cidade, 91 anos, 2002 – grifo meu)

É a partir de um vasto “patrimônio”, concebido pelos entrevistados como terra vazia, que a cidade começa a ser construída e organizada. Embora percebida pelos moradores como “terra vazia”, isto não significa que as terras a serem ocupadas fossem “sem dono”. A própria etimologia da palavra patrimônio traz na sua raiz o significado de posse, isto é: *pater*, pai, pertencimento, o que reportaria a terras pertencentes a um “dono”, isto é, ao chefe local. No caso, este *pater* estava personificado nas figuras do coronel e do capitão, que, enquanto donos de terras doadas para a construção da cidade, transformam-nas em patrimônio, em “território *pater*”, um complexo de bens doados simbolicamente como “herança de família”, segundo a ideia de uma comunidade guiada pelo chefe local.

Conforme esta análise, o dito subjacente ao significado “patrimônio” consiste não apenas em “terras vazias”, conforme apresentado na “superfície” da fala dos entrevistados, ou no aspecto público que a costura de suas falas permite revelar, mas em terras *pater* (terras pertencentes a). Assim, o patrimônio configura-se, de um lado, em um plano mais superficial, como um cenário de terras vazias, mas, de outro lado, em um plano subjacente

e implícito, como um palco de terras *pater*, revelando o surgimento do espaço geográfico da cidade como “território *pater*”, ideia vivenciada no território da fazenda. O patriarcalismo, corporificado no domínio do chefe da fazenda, adentra o espaço urbano.

Por meio deste ato de “doação” pelos seus principais fundadores, percebe-se a cidade inicialmente como resultante da ação da vontade de políticos locais, expressando-se nesta criação do futuro núcleo urbano da cidade o “mandonismo local” que imperava na região, comandada pelos grandes fazendeiros, os quais não eram apenas agentes econômicos que administravam o comércio das tropas, mas também, e fundamentalmente, construtores de redes de poder, territorializando o espaço, tomado como uma extensão do poder privado exercido em suas fazendas. A divisa entre o público e o privado estava à mercê do olhar controlador de seus “donos” territoriais, os chefes políticos. Um sistema já institucionalizado e vivido pelo e no território das fazendas é estabelecido com a fundação da vila. Acredito que o conceito de “mandonismo local” cunhado por Queiroz (1976), bem como a ideia de sistema de troca trabalhada por Mauss (1988), fornecem os subsídios analíticos necessários para se compreender tal sistema estabelecido pelos chefes locais, imprimindo na formação territorial da vila sua assinatura de “proprietários”. A cidade se origina de um poder privado, exercido nas fazendas, que se torna modelo de territorialização para as terras do novo povoado.

Tal sistema tem na sua base a estrutura social baseada no latifúndio e na “grande família”, pilares do mandonismo local ressaltado por Queiroz como a mola verdadeira da política nacional no período que vai da Colônia a 1930 (embora, é claro, seus efeitos e a herança de suas práticas sejam perceptíveis em alguns contextos brasileiros até hoje). A política dos coronéis (Vilaça & Albuquerque, 1978) ou dos capitães tem como prática (comum nas fundações das cidades do interior do Brasil) a doação de terras pelos fazendeiros para a fundação da cidade, engendrando uma relação de troca social pautada no compromisso subordinador da “retribuição” pelos seus futuros habitantes.

O Barão era muito rico! Era um grande fazendeiro. Quando fundou Poço Fundo, isso aqui era tudo dele. A Igreja... ele doou as terras para fazer Poço Fundo. (Zilá, dona de casa, moradora da parte de cima da cidade, 75 anos, 2008)

Poço Fundo foi criado no dia 2 de abril de 1870, pelo Capitão Ferreira de Assis, com alguns de seus camaradas. Fez o roçado aqui que não tinha nada, e construiu uma igreja, em torno dessa igreja é que cresceu o povoado. (Joaquim, professor aposentado e confeccionador dos mapas da cidade, 73 anos, 2006)

Tanto na imagem pública do Capitão Ferreira de Assis quanto na do Barão de Alfenas (e, posteriormente, na do seu filho, Coronel José Dias) foram tacitamente estabelecidas suas condições de domínio sociopolítico, em um mecanismo em que a “doação” de parte de suas terras para a constituição da cidade implicava o compromisso moral de retribuição por parte de seus moradores. Assim, institui-se uma estrutura relacional de dominação fundada no fato político-social da doação de terras. Na ação de dar encontra-se uma das molas propulsoras da sociedade, um movimento que aproxima os indivíduos ao mesmo tempo em que os separa em uma classificação social hierárquica, distinguindo entre aquele que dá e aquele que recebe. Esse fenômeno ambíguo pelo qual determinados indivíduos doam e, assim, “perdem” terras, obtendo em troca prestígio simbólico e poder sociopolítico (uma conversão de capital econômico em capital simbólico, conforme

formulado por Bourdieu) foi teorizado por diversos antropólogos a partir de um ensaio clássico de Marcel Mauss (1988 [1925]) sobre a dádiva.

Na reflexão desenvolvida em “Ensaio sobre a Dádiva”, Mauss destaca a questão da moral da reciprocidade que funda a noção da honra no sistema de troca, moral que combina de forma ambivalente liberdade e obrigação. As interpretações e críticas às reflexões de Mauss configuram uma enorme e complexa bibliografia, que não tenho pretensão de analisar aqui. Como uma antropóloga que busca utilizar a teoria de modo pragmático para compreender processos sociais substantivos que observo no campo, digo apenas que o pensamento de Mauss sobre o tópico da dádiva muito me auxiliou na compreensão da lógica deste ato do fazendeiro de doar terras e da complexa dinâmica de subordinação que ele põe em jogo, me levando a perceber no ato a fundação não só de uma vila, mas, sobretudo, de uma espécie de “contrato social” informal entre as partes em jogo, cujo cumprimento, como enfatizam diversos teóricos da dádiva, não é mecânico e garantido, mas contingente. Entre o fazendeiro e o chefe político (percebido na imagem do “coronel” pelos habitantes), de um lado, e, de outro, os moradores, se estabelece uma relação de obrigação moral e submissão.

Em um sentido mais abrangente, a troca social pode ser pensada como um processo básico que regula as relações entre indivíduos, abarcando relações de poder tanto simétricas quanto assimétricas. Para Mauss, a relação instaurada pela troca estabelece uma tríade que identifica vínculos morais básicos entre as partes: a obrigação de dar, a obrigação de receber e a obrigação de retribuir. A doação de terras para a fundação da vila desencadeia a trama social que vincula o receptor (o habitante da cidade) ao doador (o chefe político), criando uma aliança e uma comunhão, ao mesmo tempo em que instaura uma obrigação de retribuir pelo fato de que aquele está moralmente em débito com este. A constituição da vila de Poço Fundo traduz-se em um caso agonístico de dádiva, pois a situação socialmente frágil do receptor faz com que seu ato de receber seja, ao menos em certa medida, coercitivo, já que não se tem o direito de recusar uma dádiva e, assim, de se negar as obrigações do vínculo com o doador (na realidade, o direito de recusa existe, mas acarreta custos sociais significativos, sobretudo em termos de “honra” coletiva). Por meio da troca, o doador estabelece uma ascendência sobre o receptor, criando um vínculo hierárquico na relação social. Esta dimensão política da troca funda a relação entre os indivíduos e a coletividade, visto que se trata de uma troca entre pessoas morais regulada por atribuições de honra. Assim sendo, os fazendeiros – Barão de Alfenas e Capitão Ferreira de Assis – são doadores que estabelecem a relação de mando no ato de doar territórios para a cidade, reapropriando, com a mão direita, por assim dizer, o território doado pela mão esquerda; esta reapropriação ocorre sob a forma de chefia e controle políticos. Os doadores continuam “donos” da terra no que diz respeito ao exercício de soberania e não de propriedade ou posse, uma vez que, por definição, não são mais proprietários das terras que doaram. Os habitantes que começam a morar no local da vila recebem doações de terras desses chefes locais, cuja rivalidade se revela no mapeamento do território da cidade: de um lado, as terras pertencentes ao Barão e ao Coronel e, de outro lado, aquelas pertencentes ao Capitão. A política local materializa-se geograficamente na divisão do território da cidade em parte de cima e parte de baixo.

Vilaça e Albuquerque (1978), em sua análise sobre a política dos coronéis no interior do Brasil, apontam o artifício ideológico envolvido nesta postura de “doador”, que confere uma imagem “progressista” e “distributiva” a atos de apropriação e concentração de poder. Além disso, trata-se de uma espécie de adaptação do fazendeiro a um contexto em que

a fazenda não é mais um microcosmo fechado sobre si mesmo, de modo que o fazendeiro se quiser estender seu poder à cidade tem de fazer concessões e estabelecer compromissos:

Sua atitude é predominantemente conservadora; às vezes de reação agressiva ao novo. No entanto, é o coronel, consciente ou inconscientemente, um veículo de mudanças. Vê-se levado a promovê-las como que para não perder a iniciativa social e para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas (Vilaça e Albuquerque, 1978, p.19).

A doação de terras consiste em uma prática fundamentalmente instituída pelos chefes locais no povoamento da cidade. Desenhavam-se, assim, no terreno da cidade, locais de construções que seriam de “partidários” do Coronel José Dias ou do Capitão Ferreira de Assis. O Coronel José Dias é firmado no posto de representante da cidade na reunião da Câmara em Machado, município de Poço Fundo à época, como vereador e controlador de terras da cidade, na sua distribuição em forma de doação de terrenos para construção das casas. Essa doação permitia-lhe controlar os votos nas eleições, a forma particular de retribuição exigida dos habitantes donatários.

As pessoas chegavam de fora e pediam para o Coronel José Dias construir as casas deles. Tinha que pedir! Eles construíam mais para o lado de baixo que pra cima. (Armírio, 96 anos, Ibidem)

As doações eram direcionadas para grande parte da população pobre ou de “fora” que iniciava sua instalação no povoado, paralelamente aos fazendeiros e negociantes que compravam terras e casas no povoado, como indicam alguns documentos de transações de terras e bens de raiz de 1895 e 1897. Entretanto, tal ato de doação fica evidente em documentos a partir de 1924, quando Poço Fundo, então Gimirim, torna-se município, criando sua independência política e administrativa. A subordinação social, cultural e econômica da população à camada dirigente é constatada quando analisamos o “Primeiro Livro de Registro da Câmara Municipal de Gimirim”, de 1924, quando o então coronel José Dias (conhecido também como o Segundo Barão) era presidente da Câmara e autorizava a construção de prédios na vila.

Assim se deram os mais de cem requerimentos de construção de prédios durante o período de 1924 a 1927, oficializados no livro de Registro da Câmara Municipal da cidade e pautados na ideia de terra “devoluta” dos chamados “patrimônios”. Interessante ressaltar, nestes pedidos, a ausência de uma transação de cunho econômico *stricto sensu*, uma vez que nela não constava um contrato de compra e venda e sim uma “doação” na qualidade de terras devolutas. O que podemos perceber na própria fala de Beto:

Aqui não fala em pagamento. Se for analisar bem é um requerimento que a pessoa fazia. Doação. Aqui fala até em terra devoluta, né? Terra devoluta, simplesmente permitia a construção. Agora aqui, note, pode aqui naturalmente que eles só davam terreno para construir casa ao cara que fosse partidário dele. Sem dívida nenhuma! (Beto Gouvêa, 50 anos, Ibidem)

Essa forma legal se caracterizava pela transação de terreno, chamado de patrimônio, – terras vagas para uma ocupação futura. Por meio destes pedidos, nos quais eram declarados não apenas os ocupantes do requerimento de terras, mas também os vizinhos ocupantes ao seu redor, era possível ter, então, o controle territorial de seus “eleitores”. Construíam-se núcleos residenciais com o objetivo principal de formar gru-

pos “aliados” aos chefes locais. Através desses meios, o Coronel José Dias, por exemplo, assumiu postos públicos tais como os cargos de primeiro Juiz de Paz, em 1884, e de prefeito, de 1924 a 1926. O primeiro a ocupar o cargo de prefeito ali foi seu pai, o Barão de Alfenas, em 1923.

Desta forma, o território da cidade foi-se constituindo através dos terrenos devolutos, organizados com base em doações do presidente da Câmara, o então Coronel José Dias. Era estabelecida uma dinâmica social que chamo aqui de “territorialização da dádiva”, instaurando a obrigação moral da população em retribuir tal “doação”. A instauração desta obrigação constitui um processo sociopsicológico complexo e ambíguo, pois, não sendo a retribuição mecanicamente prescrita por contrato, ela assumia um papel ao mesmo tempo gratuito e obrigatório. Como ressalta Godelier (1996), o dom contém uma dupla relação: de solidariedade – aquele que dá divide com aquele que recebe – e de superioridade – aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida com o doador, tornando-se seu obrigado. O dar institui simultaneamente essa dupla relação, instaurando uma diferença e uma desigualdade de *status* entre doador e donatário.

Com a fundação da cidade por meio das terras doadas pelo Coronel José Dias, juntamente com aquelas de seu oponente, Capitão Ferreira, que também doou parte de seus territórios, estava assim tacitamente assinado o tratado de “obediência” e de obrigação de seus “súditos” (segundo a fala de seu Armírio), ou seja, dos habitantes, “enlaçados” pela dádiva dos poderosos. A fundação da cidade estava ainda marcada seminalmente pela rivalidade entre estes últimos, representada pela partição de terras entre os dois maiores oponentes da região de Poço Fundo: Coronel José Dias e Capitão Ferreira (e posteriormente o Capitão Antônio Gonçalves).

Ele [José Dias] mandava na cidade. É como um rei. O rei que mandava, né! O que o rei falar, tá falado! O negócio é esse. (Armírio, 96 anos, Ibidem)

O Capitão Ferreira de Assis que morava no bairro da Bocaina, tem como arraial (...) As famílias vêm morar com a doação de terras pelo Capitão. O Barão Gouvêa começa a ‘dividir’, doar suas terras com pessoas que aqui queriam se alojar. Estas pessoas começam a pagar as terras com trabalho. Hoje temos como prefeito o bisneto do Barão! (Moacir Salvioli, genro do Capitão Ferreira de Assis, morador do bairro rural Pinhalzinho, 81 anos, 2005)

Por meio das iniciativas de arregimentação (via dádiva territorial) de habitantes, o coronel e o capitão encabeçam grupos políticos em competição, interessados em estabelecer e legitimar sua dominação. Se antes os bairros rurais encabeçavam territorialmente as forças políticas, com o desenvolvimento da cidade e seu crescimento, esta vai se constituindo em principal território político e econômico das forças locais. Forma-se assim a base da atual política de Poço Fundo, sustentada por um poder bipartidário dos chefes políticos tradicionais da cidade e região. A mobilização política era estreitamente ligada a relações de parentesco e alimentada pelas inimizades entre diferentes grupos corporativos. A expansão espacial das facções dependia das alianças e relações de clientela que se davam e se dão até hoje entre famílias.

Portanto, o ato de doar instaura relações sociais de poder centradas não em regras formais e impessoais, mas em laços de fidelidade e subordinação pessoais, os quais constituem assim a “*ancrage*”¹ territorial dos habitantes de Poço Fundo. Enquanto razão moral, o ato de retribuir de seus habitantes se configura, por exemplo, em votos nas eleições para

1 Ancoragem (N.R.)

presidente da Câmara e, mais tarde, para prefeito da cidade. A presença histórica da figura do Barão permanece viva, para ficar no exemplo mais óbvio, em seu neto, atual prefeito reeleito de Poço Fundo (2008) e que, na gestão anterior, teve como principal oponente político um parente do Capitão Ferreira de Assis. Costumou-se, a partir da década de 70, chamar os partidos pelas alcunhas de “piranhas” (DEM – onde se situa a ala da família Ferreira) e “jacarés” (PMDB – onde está a ala do Barão). Esta espécie de “totemismo à mineira” forma uma geometria política desenhada no território da cidade, onde a praça matriz torna-se o reduto dos jacarés, símbolo territorial dos fazendeiros tradicionais da cidade (de lá saíram três prefeitos da família Ferreira, todos moradores da praça), sendo a parte de baixo da cidade, bem como atualmente alguns “bolsões” territoriais da parte de cima, representadas pelo partido dos piranhas. Posteriormente, na década de 1980, com a influência da teologia da libertação, ramo de esquerda da igreja católica no Brasil e na América Latina, a questão da terra será palco de confronto entre os “chefes locais” e os militantes religiosos, que passam a questionar o sistema baseado na obrigação moral do território *pater*. A obrigação de retribuir é relativizada e posta em perspectiva por alguns membros do clero, o que implicava inclusive um questionamento da legitimação anteriormente dada pela Igreja ao sistema paternalista de doação de terras e controle político. Entretanto, esta ala da igreja católica nunca conseguiu criar raízes na comunidade católica do município, uma vez que se debatia com a estrutura do pensamento territorial hegemônico, calcado historicamente neste “contrato social” da dádiva.

É esta força de vínculo e subordinação moral que o patrimônio introduz por meio da prática da doação de terrenos, que está na raiz da percepção do território da cidade pelos seus habitantes, desde a sua formação até os dias atuais. Nela está a gestação do pensamento territorial que condiciona as práticas territoriais (de percepção, apropriação prática e experiência subjetiva do território) de Poço Fundo, o denominador comum que instaura e regula as demais atividades sociais da comunidade. A doação vincula o receptor ao doador, diferentemente da venda, que, baseada no princípio da equivalência, desvincula as partes, desobrigando-as a qualquer laço social. A doação vincula e subordina aquele que recebe a uma moral centrada no “débito” social e simbólico.

Para os chefes locais, a doação de terrenos torna-se muito mais interessante do que a venda, uma vez que esta desvincula e desobriga a outra parte. Seu mandonismo local é recriado e perpetuado pela doação, conservando a moral hierárquica da relação entre chefe local e morador, transformando assim o espaço geográfico da cidade em território patrimônio, ou seja, em território *pater*. A doação é uma prática que cria o subordinado, como bem assinala Sahlins (1990, p.12): “se ‘os amigos criam presentes’, ‘os presentes também criam amigos’, ou talvez como melhor diriam os esquimós, ‘dádivas criam escravos – como os chicotes criam cachorros’”. Partindo deste viés interpretativo, podemos perceber que as terras “patrimoniais” criaram subordinados cidadãos ao chefe local.

Ana Claudia Lyra é mestre em Antropologia Social pela Unicamp; doutoranda em Pesquisa Comparativa sobre Desenvolvimento – Antropologia do Espaço da EHESS/Paris. Email: nclidlyra@yahoo.com

Artigo recebido em dezembro de 2010 e aprovado para publicação em março de 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILLY, A. Les représentations en géographie. *Annales de Géographie*, Paris, n.621, p.371-83, set.-out. 2001.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- DI MÉO, G. De l'espace subjectif à l'espace objectif: l'itinéraire du labyrinthe. *L'espace Géographique*, Paris, n.4, p.359-73, 1990-1991.

- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- GODELIER, M. *L'énigme du don*. França: Fayard, 1996.
- HOFFMAN, O. Les points d'ancrage d'un territoire à la dérive au Mexique. In: CLAVAL, P.; SINGARAVELOU (Dir.) *Ethnogéographies*, Paris: L'Harmattan, p.201-25, 1995.
- JODELET, D. Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Dir.) *Psychologie sociale*. Paris: quadrige/puf, p.363-84, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. As organizações Dualistas Existem? *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.155-89, 1989.
- MAUSS, M. *O ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988.
- QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SAUTTER, G. Géographie et anthropologie. *Annales de Géographie*. Paris: Armand Colin, n.621, p.207-219, set.-out. 2001.
- VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro/ Brasília: Tempo brasileiro/Universidade de Brasília, 1978.
- WEIMER, G. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A B S T R A C T *The article analyzes the social practice of land donation as one of the historical bases for the formation of the current fields of economic and political power that structure the physical, social and symbolic space of the city of Poço Fundo (MG). Based on insights present in Mauss' anthropological investigation of the gift, I examine the social-symbolic logic of land donations carried out by farmers and the dynamic of political subordination that stems from such donations, transforming donor farmers into local leaders. As part of a larger historical study of the occupation and transformation of Poço Fundo's social-geographic space, I intend to indicate the process of "territorialization of the gift" as one of the offsprings of its "territorial matrix", that is, the traditional coffee plantation, a model of social-symbolical organization that prevails till today in the forms whereby the city is socially and culturally perceived, appropriated and experienced by its inhabitants.*

K E Y W O R D S *Geographical and rural space; gift; local political power; Poço Fundo; territorialization.*